

LEI N.º 417/2004

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal Aprovou e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

I - DO ORÇAMENTO ANUAL

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2005, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos e entidades da administração direta.

II - DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo 2º - O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 11.780.000,00 (onze milhões setecentos e oitenta mil reais).

Artigo 3º - A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

	FISCAL	SEGURIDADE	R\$ 1.00 TOTAL
RECEITAS CORRENTES	9.723.500	1.376.500	11.100.000
Receita Tributária	608.000	-	440.000
Receita de Contribuições	90.000	390.000	480.000
Receita Patrimonial	25.000	14.000	39.000
Receita de Serviços	2.500	190.000	192.500
Transferências Correntes	9.854.000	762.500	10.636.500
Outras Receitas Correntes	375.000	-	375.000
(-) Contr. 15% FUNDEF	-1.231.000		-1.231.000
RECEITAS DE CAPITAL	430.000	250.000	680.000
Alienação de Bens	30.000	-	30.000

Transferência de Capital	400.000	250.000	650.000
RECEITA TOTAL	10.153.500	1.626.500	11.780.000

Artigo 4º - A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 10.126.000,00 (dez milhões cento e vinte e seis mil reais) e o orçamento da seguridade social em R\$ 1.654.000,00 (hum milhão seiscentos e cinquenta e quatro mil reais).

Artigo 5º - A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos e a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

	FISCAL	SEGURIDADE	R\$ 1.00 TOTAL
Despesas Correntes	7.352.000	2.774.000	10.126.000
Despesas de Capital	1.340.000	314.000	1.654.000
TOTAL	8.692.000	3.088.000	11.780.000

DESPESA POR ÓRGÃO

	FISCAL	SEGURIDADE	R\$ 1.00 TOTAL
PODER LEGISLATIVO	680.000	-	680.000
Câmara Municipal	680.000	-	680.000
PODER EXECUTIVO	8.012.000	3.088.000	11.100.000
Gabinete do Prefeito	200.000	-	200.000
Sec. Mun. Administração e Finanças	1.695.000	20.000	1.715.000
Sec. Mun. De Educ., Cultura e Esportes	3.397.000	962.000	4.359.000
Sec. Mun. De Saúde	-	2.106.000	2.106.000
Sec. Mun. Obras e Infra-Estrut. Urbana	2.330.000	-	2.330.000
Sec. Mun. Turismo, Meio Amb. Des. Sust.	390.000	-	390.000
TOTAL	8.692.000	3.088.000	11.780.000

III - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar operações de crédito, de acordo com o disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2004, a abrir créditos suplementares até o limite de 40 % (quarenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do § 1º, do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 8º - Para atualização dos orçamentos dos Poderes Municipais, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento com recursos provenientes do excesso de arrecadação, até o limite de 100% (cem por cento) do valor apurado na forma do Artigo 43, parágrafo 1º Inciso II e parágrafo 3º e 4º da Lei 4.320/64 e dos excessos efetivos dos fundos.

Artigo 9º - O Poder Executivo fica autorizado a representar o Município nas operações de Crédito, nos financiamentos e nas alienações, a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do Executivo, com autorização específica do Poder Legislativo.

Artigo 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares por anulação dentro do mesmo Projeto ou Atividade, limitado ao seu valor, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1º Inciso III da Lei 4.320/64.

Artigo 11 - O Poder Executivo poderá abrir Créditos Suplementares para suprir deficiências de dotações, relativos a programas vinculados a Recursos de Convênios ou com aplicação específica, limitado aos valores do Convênio.

Artigo 12 - Em atendimento as normas constantes da Portaria Interministerial n.º 180 de 21.05.2001, o Poder Executivo poderá abrir elementos de despesas para a implementação dos projetos e atividades em conformidade com as disposições contidas no parágrafo único do art. 5º da citada Portaria.

Artigo 13 - Os repasses ao Poder Legislativo serão efetuados no percentual de 8% (oito por cento), calculados sobre a Receita efetivamente Arrecadada do Exercício de 2003, do total dos valores estabelecidos pelo artigo 29-A da Constituição Federal.

Parágrafo 1º: O Poder Executivo fica autorizado a adequar o Orçamento previsto para o Legislativo, limitado aos 8% (oito por cento), não computando o limite estabelecido no Artigo 7º.

Parágrafo 2º: Havendo superávit do total do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, a diferença será objeto de suplementação das dotações, definidas nos prazos e nos elementos previamente indicados pela Câmara Municipal.

Artigo 14 - Ficam alteradas as ações constantes do Plano Plurianual, em decorrência das alterações desta Lei, prevalecendo as ações e valores constantes dos Anexos substitutos na presente Lei.

Artigo 15 - A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas programadas para o período abrangido, nos casos de:

I - alteração de indicadores de programas;

II - inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

III - aprovação de emendas aos orçamentos da União e do Estado que beneficiem o município.

Artigo 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bodoquena/MS, 15 de dezembro de 2004.



RAMÃO FRANCISCO ANÍS MARTINS,
Prefeito Municipal